

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 7920, DE 2014

(Do Supremo Tribunal Federal)

“Altera dispositivos da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano das Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.”

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o § 3º ao art. 9º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

§3º. *Ressalvada a inexistência de servidor estável que possa exercer a função, é vedado ao servidor, no período do estágio probatório exercer cargo em comissão.*” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A cautela é óbvia. A permissão à indicação de servidor sujeito a estágio probatório para o exercício de cargo em comissão acaba por esvaziar a intenção legal da Lei em submeter o servidor à periódica avaliação.

Com efeito, nomeando o servidor no cargo em comissão, a autoridade acaba por subtrair-lo da avaliação CONSTITUCIONAL, posto que é da natureza do exercício do cargo em comissão a confiança na capacidade e eficiência do exercício, o que só é possível *a posteriori* do referido estágio.

Infelizmente, tem-se manipulado artificiosamente o instituto para indevida, imoral e ilegal proteção de prestigiados das autoridades públicas.

Dessa forma, impõe-se a adequação da redação do art. 9º, como ora proposto, para que se afaste a inadequação sistêmica e lógica da Lei nº 11.416/2006, motivo pelo qual qual espero poder contar o apoio dos meus pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2014.

Deputado Izalci
PSDB/DF